

Participação paterna no cuidado de crianças pequenas: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares

Paternal involvement in the care of small children: an ethnographic study of low-income families

Vânia Bustamante ¹
Leny A. Bomfim Trad ¹

Abstract

The present study focused on father's involvement in the health care of small children (under six years) in low-income families. An ethnographic study was performed with interviews and participatory observation. We visited families in an outlying low-income urban neighborhood in Northeast Brazil, for nine months. Children appeared as a fundamental dimension in the lives of men and women, constituting a common reason for forming a family nucleus. The paternal role involved three key dimensions: education, in which the father was essential; body care, usually considered a female attribution; and preservation of integrity, considered an obligation for all family members. Despite the fact that traditional identification of gender roles still persists, based on contrasting discourses and practices, in all families (and especially in nuclear ones) there were dimensions in which men participated actively, demonstrating physical and emotional proximity with their children.

Paternity; Family; Infant Care

¹ Instituto de Saúde Coletiva,
Universidade Federal
da Bahia, Salvador, Brasil.

Correspondência
V. Bustamante
Instituto de Saúde Coletiva,
Universidade Federal da
Bahia. Rua Basílio da Gama
s/n, Campus Universitário
Canela, Salvador, BA
40110-040, Brasil.
vaniabus@yahoo.com

Introdução

Estudar a relação entre a vida familiar e a saúde cobra particular importância no momento atual, considerando a centralidade do Programa Saúde da Família (PSF). Trata-se de uma estratégia que tem como propósito a reorientação dos modelos assistenciais vigentes por intermédio da reorganização da atenção básica ¹, tendo a família como objeto de intervenção. Na prática a proposta se vê dificultada pela falta de compreensão sobre a heterogeneidade e complexidade das famílias, assim como pela tendência a naturalizar o lugar das mulheres como responsáveis pelo cuidado de seus membros ².

Ao estudar a temática da família, é importante fazer referência a Ariès ³, autor que contextualiza historicamente a família nuclear e a progressiva centralidade das crianças, situando sua origem na burguesia do século XVIII e afirmando sua permanência como forma hegemônica até a atualidade. No entanto, existe coincidência entre vários cientistas sociais brasileiros ao apontar que o modelo de família nuclear burguesa é insuficiente para compreender a realidade das famílias brasileiras, especialmente nas camadas populares ^{4,5,6,7,8,9}.

Estas famílias são vivenciadas como uma dimensão ontológica, constitutiva da razão de ser no mundo ⁷, um organizador da vida com base nas relações de mútua obrigação – juntamente com o trabalho e a comunidade –, em

que os projetos de vida se constroem em função do grupo e não do indivíduo ^{6,8}. A rede de obrigações se sobrepõe aos laços de sangue, de forma que, com exceção da relação já dada entre pais e filhos, as relações com parentes de sangue não se estabelecem se com eles não for possível dar, receber e retribuir ⁷.

As relações entre pais e filhos podem não ter a exclusividade característica de outros setores sociais. Isso se expressa na “circulação de crianças”, termo introduzido por Fonseca ⁵ para afirmar que, com frequência, uma criança pode ser entregue a parentes para que cuidem dela, de forma temporária ou definitiva.

Nas famílias de camadas populares, os papéis estão previamente definidos em função de uma divisão sexual do trabalho e de relações hierárquicas entre homens e mulheres e entre pais e filhos ⁶. Assim, enquanto o homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar, à mulher cabe outra dimensão da autoridade, a de manter a unidade do grupo: “*ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar*” ⁷ (p. 64). A autoridade da mulher descansa na valorização de seu papel de mãe e em sua capacidade de administrar os recursos, muito mais que no fato de ela ter um trabalho remunerado, o que é considerado atribuição masculina. Essas formas de pensar tenderiam a permanecer mesmo quando, na prática, o homem não pode cumprir seu papel de provedor, e a mulher desenvolve um trabalho remunerado ⁷.

Segundo Lupton & Barclay ¹⁰, as mudanças sociais, tais como o ingresso da mulher no mercado de trabalho e as novas tecnologias reprodutivas, têm impacto em termos de renegociar o significado da paternidade. Há paradoxos e tensões em torno dos significados da paternidade, que influenciam a forma como os homens se vêm a si próprios como pais e como praticam a paternidade.

Em tal contexto surge o conceito do “novo pai”, mediante o qual a paternidade é considerada uma oportunidade para expressar sentimentos, participando ativamente no cuidado dos filhos, e tendo relação igualitária e fluida com a parceira, o que se expressa na divisão de tarefas. A fragilidade deste discurso é advertida não apenas nas expectativas contraditórias em relação aos homens – espera-se que os homens participem ativamente da esfera econômica, que sejam provedores da família e que construam sua identidade masculina pelo papel de trabalhadores, ao mesmo tempo em que se demanda que estejam presentes em casa, dividindo o cuidado das crianças com a parceira –, mas na multiplicidade de formas de exercer a

paternidade, vinculadas a diversos processos sociais e culturais.

Com relação à forma como os homens vivem a identidade de gênero, e a paternidade como parte dela, no contexto latino-americano, evidencia-se que: “... *contrariamente a la leyenda del macho, la paternidad es una dimensión fundamental en la vida de los varones y que su práctica asume muchas variedades de acuerdo con factores relacionados al momento del ciclo vital, el tipo de estructura familiar, las condiciones materiales y las culturas regionales*” ¹¹ (p. 17).

Concordamos com outros autores quanto ao pequeno número de estudos que enfocam a participação masculina em dimensões-chave como a paternidade, em comparação com aqueles dedicados às mulheres ¹². Pensamos que no Brasil isso teria a ver com uma tendência a naturalizar o lugar das mulheres como cuidadoras da família, o que se exprimiria inclusive em considerá-las informantes privilegiadas, ou quase exclusivas, quando se trata de pesquisar a família ^{13,14}.

O contexto brasileiro oferece importantes aportes para pensar formas de incluir os homens no estudo da vida familiar. Neste sentido, Bastos et al. ¹⁵ afirmam que é “*inadiável*” iniciar uma escuta dirigida aos homens da família. Bilac ¹⁶ (p. 36) considera que é preciso realizar um “*reexame dos papéis sexuais na família que incorpore, também, sentimentos, vivências e percepções masculinas*”.

Para a construção do nosso recorte de pesquisa, apoiamos-nos no conceito de “*cuidado*” na perspectiva de Ayres ¹⁷. O cuidar envolve contato intersubjetivo e preocupação pelo outro, visando à construção conjunta de “projetos de felicidade” em longo prazo. O mencionado autor propõe que a noção de cuidado e a atitude cuidadora sejam estendidas à totalidade das reflexões e intervenções no campo da saúde. Pensamos que tais observações são válidas também para pensar o contexto familiar. Tal proposta faz a ponte com o conceito de “*família vivida*”, trabalhado por Szymanski ⁹, no qual a família é definida em função da convivência e de relações duradouras entre indivíduos, de mesma idade ou de gerações diferentes, entre as quais é central a relação de cuidado.

Propomos a categoria “*modos de cuidar*” para implementar o conceito de cuidado como ferramenta de pesquisa, e para tanto nos baseamos na categoria “*modos de partilhar*”, proposta por Bastos ¹⁸. De forma análoga à categoria que a inspirou, os modos de cuidar permitem integrar num mesmo olhar práticas orientadas ao cuidado da saúde das crianças, o mo-

do de inserção dos adultos nessas práticas, com destaque para a inserção dos homens, e os significados, elaborados por homens e mulheres, que orientam a dita inserção. Tais significados se dariam em dois níveis: por um lado, o sistema de crenças sobre a criação de filhos; por outro, as “*justificativas imediatas às práticas narradas pelos pais ou observadas em campo*”¹⁵ (p. 108).

Buscamos entender como se dá a participação paterna nos modos de cuidar da saúde de crianças menores de seis anos, dentro do contexto familiar.

Na especificação da faixa etária levamos em consideração a importância que os primeiros anos têm para a saúde da criança. Também levamos em conta o alerta de Parseval¹² sobre a tendência de excluir os homens do cuidado dos filhos, desde a gravidez até a idade pré-escolar, juntamente com a idéia de que a maternidade é sempre uma experiência realizadora para as mulheres, para a qual estariam naturalmente preparadas. Pensamos que ditos pressupostos precisam ser explorados e problematizados, e para tal fim é importante focalizar o cuidado de crianças pequenas.

Foram realizadas comparações entre as famílias estudadas, considerando as observações de Fonseca⁵ sobre a necessidade de se ter abertura para estudar dinâmicas alternativas na vida familiar.

Metodologia

O presente estudo é exploratório e de cunho etnográfico, pois nos aproximamos de fenômenos no seu ambiente natural, coletando informações mediante contato freqüente com os participantes. A observação participante foi um meio privilegiado de acesso aos informantes, por intermédio de visitas realizadas duas vezes por semana, durante um período de nove meses, e registradas num diário de campo. A técnica permitiu observar algumas situações com que os informantes se deparam normalmente e como se comportam diante delas, a fim de posteriormente descobrir as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos observados¹⁹.

De forma complementar, realizamos entrevistas semi-estruturadas com os sete casais que participaram da pesquisa. Incluímos também duas avós que convivem com seus filhos e netos. As entrevistas, realizadas individualmente, foram gravadas e transcritas. Pelas perguntas, procuramos nos aproximar dos discursos e vivências dos informantes sobre o cuidado dos filhos aos quais não tivemos suficiente acesso com a observação.

O trabalho de campo se realizou em “*Prairinha*”, nome fictício de um bairro do subúrbio ferroviário de Salvador, entre agosto de 2003 e abril de 2004. O contato se iniciou com o apoio de profissionais da Unidade de Saúde da Família que funciona no bairro, os quais nos apresentaram à comunidade, levando-nos a numerosas casas de moradores, o que nos permitiu identificar as famílias que continuariam sendo visitadas. Num segundo momento, que durou dois meses, contamos com o auxílio de uma assistente do bairro, considerando as constantes advertências sobre os perigos de andar sem companhia.

Optamos por nos concentrar em seis famílias com crianças pequenas, avaliadas como típicas do bairro. A escolha foi também orientada por considerações de ordem prática, especialmente a afinidade com os informantes e a acessibilidade da moradia, e teórica, particularmente a diferenciação entre família nuclear, família novo arranjo, família extensa e família monoparental, utilizada em estudos anteriores¹⁸. Por estarmos realizando uma primeira abordagem de uma temática pouco estudada, optamos por excluir famílias em que não havia a presença física do pai, nem contato com este, já que nelas seria mais difícil observar o fenômeno de interesse. Consideramos que esta é uma tarefa a ser retomada em futuras pesquisas.

O trabalho de campo nos levou a abandonar a diferenciação inicial das famílias, considerando mais adequado distingui-las apenas em nucleares e extensas. Percebemos que as famílias inicialmente consideradas monoparentais e de novo arranjo funcionam no dia a dia como extensas, visto que os parentes participam ativamente das atividades cotidianas, fato que não acontece nas duas famílias nucleares, apesar de também contarem com familiares morando nas imediações.

Duas famílias estão formadas pelo casal de pais e dois filhos. Nas quatro restantes convivem três gerações, e há mais de um casal ou mulher com filhos. Para efeitos de identificação no presente texto, as famílias nucleares serão identificadas como N1 e N2, e as extensas como E1, E2, E3 e E4, ao passo que usaremos nomes fictícios ao fazer referência aos informantes.

Com as visitas, desenvolvemos um relacionamento intenso com os informantes, pleno de significados e afetos. No início a tendência foi ver a pesquisadora – o trabalho de campo foi realizado apenas pela primeira autora do presente artigo – como uma estranha que poderia lhes dar algo material. Aos poucos, e com ajuda de explicações, foi predominando o gosto de ser visitado e a valorização da atenção e

da conversa. De forma semelhante ao referido por Sarti ⁷, no contato com nossos informantes a opção de dialogar respondendo perguntas e deixando que as diferenças aparecessem promoveu um valioso aporte de dados. O fato de a pesquisadora ser estrangeira, contrariando a expectativa inicial, revelou-se um elemento facilitador no trabalho de campo, uma vez que contribuiu para que os informantes se mostrassem abertos e tolerantes ao se sentirem valorados pelo interesse de alguém que “não é daqui” e que, portanto, precisava de explicações detalhadas para compreender os informantes. Ser visitado por um estrangeiro era visto como uma deferência no contexto pesquisado.

Vários participantes esperavam que o contato fosse com as mulheres, o que se evidenciou em expressões de estranhamento diante de nossas tentativas de incluir os homens nas conversas. Pensamos que além da expectativa de que, por ser mulher, a pesquisadora conversasse com as mulheres da casa, a distância de alguns homens teve a ver com a dificuldade de iniciar um contato pouco comum com uma mulher jovem, branca e de classe média. Respeitamos tal posição, de forma que a aproximação com vários homens se deu de forma paulatina, partindo-se de contatos iniciais com as mulheres. Em alguns momentos, usamos a mediação das mulheres como um recurso para sentir segurança. Por exemplo, ao ficar em ambiente privado com o marido fazíamos com que a parceira ficasse sabendo e de certa forma autorizasse. Por outro lado, a relação com crianças e adolescentes refletiu o grau de proximidade que fomos alcançando com os adultos.

Os cuidados éticos estiveram presentes em todos os momentos da pesquisa. O *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, em que se fala do tema de pesquisa genericamente, sem explicitar que focalizaríamos a participação paterna, foi apresentado e discutido com os participantes após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. O documento foi assinado por no mínimo um adulto de cada família.

Seguindo proposta de Becker ¹⁹, por realizarmos uma pesquisa baseada na observação participante, realizamos a primeira fase de análise ainda durante a coleta de dados. Isso nos permitiu orientar momentos posteriores do trabalho de campo e também construir o roteiro de entrevista, realizada na etapa final do trabalho de campo. Nesse primeiro momento a categoria teórica “modos de cuidar” foi descoberta em quatro: (a) cuidados que atendem a necessidades básicas, tais como alimentação,

higiene, sono e abrigo; (b) cuidados ligados à promoção da saúde, à medida que envolvem processos de desenvolvimento cognitivo, psicomotor e emocional; (c) cuidados que envolvem prevenção de sintomas, doenças ou acidentes; e (d) cuidados que respondem a necessidades de assistência diante de sintomas, doenças ou acidentes.

A segunda fase de análise, que se iniciou após a conclusão da coleta de dados, incluiu o processamento das notas de campo e das entrevistas transcritas, seguindo a seqüência proposta por Emerson et al. ²⁰: leitura do diário de campo, codificação aberta (inicialmente criamos 72 códigos para o diário de campo), redação de memos teóricos, seleção de temas, codificação focalizada – o material foi organizado em temas: 16 do diário de campo e 13 das entrevistas – e, por último, a construção de memos integradores.

A “análise abrangente final” ¹⁹ se deu num terceiro momento, em que predominou o trabalho de síntese e interpretação. A categoria “modos de cuidar” continuou se revelando útil, visto que orientou a integração de nossas apreciações sobre o ponto de vista dos informantes com o embasamento teórico do estudo. O presente artigo é produto de dita síntese e está organizado em quatro categorias temáticas: (a) o lugar das crianças nas famílias, vinculado às condições de vida e ao sistema de crenças sobre a criação de filhos; (b) a inserção paterna no cuidado cotidiano dos filhos; (c) a estrutura familiar como contexto que influencia a inserção paterna no cuidado dos filhos; e (d) a complexa inter-relação entre discursos e práticas. Os títulos usados para apresentar os resultados constituem uma adaptação das categorias temáticas a uma linguagem próxima do contexto etnográfico.

Resultados e discussão

As famílias em Prainha e as crianças na família

Prainha é um bairro localizado na entrada do subúrbio ferroviário de Salvador, Bahia, Brasil. Na área visitada, as casas foram entregues a antigos moradores de palafitas há mais de vinte anos, sendo construções de madeirite progressivamente transformadas em casas de alvenaria, ainda hoje em construção.

Os moradores, que se autocalificam como pobres, têm acesso a serviços básicos ainda insuficientes, com instalações muitas vezes clandestinas, sendo freqüente a falta de água. É co-

num que os moradores reclamem das deficiências dos serviços de saúde, assim como do baixo número de escolas e creches e da falta de alternativas de lazer no bairro. A limitada inserção no mercado de trabalho – a maioria vive de biscates – contribui para limitar o acesso ao transporte público e às opções de lazer que ficam “na cidade”. O bairro alberga igrejas católicas e pentecostais, assim como terreiros de candomblé, que funcionam também como espaços de socialização e lazer para adultos e crianças.

Pais e mães consideram que a creche ou a pré-escola, instituições freqüentadas por 6 das 11 crianças acompanhadas, não funcionam adequadamente como espaço de educação moral, o que sim pode acontecer nas igrejas pentecostais, freqüentadas assiduamente por membros de três famílias.

A violência em suas várias formas, incluindo a doméstica, é fonte de intensa preocupação entre os moradores. Com certa freqüência aparecem relatos sobre abusos – inclusive assassinatos – cometidos pelos policiais do posto do bairro contra moradores, especialmente os homens, e alguns deles pais de crianças pequenas.

Embora as seis famílias acompanhadas tenham algum tipo de renda fixa (emprego formal em quatro famílias, aposentadoria em três e bolsa-família em uma), a quantia que recebem é reduzida, e apenas uma das famílias tem renda fixa igual ou superior a dois salários mínimos. Dada a instabilidade no emprego, o tipo de trabalho realizado pelos informantes varia em função das oportunidades. Contudo, trata-se de ocupações consideradas pouco qualificadas como serviços gerais e segurança, entre os homens, e trabalho doméstico e vendas, entre as mulheres, o que pode estar vinculado com a baixa escolaridade encontrada entre os informantes.

Os sete informantes homens se identificam e são considerados pelas parceiras enquanto pais das crianças com quem convivem, apesar de três deles não serem os pais biológicos de no mínimo uma de suas crianças. Isso sugere que para os informantes a paternidade está dada pelo fato de se criar o filho, o que por sua vez tem a ver com conviver com a mãe¹¹.

Tanto para os homens quanto para as mulheres os filhos são muito importantes, e muitas vezes estão na base da fundação da família²¹, porque se entende que assim deve ser e também por razões práticas, dado que para seis casais a união foi precipitada por uma gravidez.

Tal como referido por Sarti⁷, para os informantes uma família nuclear morando perto de parentes, mas mantendo independência, é tida

como ideal. O fato de viver em casa de parentes, especialmente da mãe, é avaliado como provisório e em vias de ser resolvido, mesmo que isso se prolongue indefinidamente por dificuldades materiais.

Coincidindo com o conceito de Ayres¹⁷ sobre o cuidado, para os informantes os filhos envolvem um projeto de vida: “*porque a gente não deve criar a criança para o presente, a gente cria para o futuro*” (Alice, E4). Criação se associa com educação, e cuidado se refere ao atendimento a necessidades básicas e a dar afeto. Ambos se complementam de forma que: “*a gente cria e cuida ao mesmo tempo*” (Carla, E3). Para os homens, assumir a responsabilidade dos filhos, tal como colocado por Arilha²², implica se dispor a satisfazer intensas demandas, para as quais é preciso ter dinheiro e, portanto, trabalhar. Implica também preocupar-se com o filho e dedicar-se a ele, particularmente quando se trata de “*crianças pequenas, que não têm entendimento*” (Cristóvão, E2), em contraste com a “*criança já crescida, que pode ajudar em casa*” (Carmem, avó E1).

A falta de recursos materiais faz necessário “*ter cabeça*” e limitar o número de filhos; e nisso há contraste entre gerações, pois, à diferença de seus genitores, os informantes se preocupam em controlar a própria fecundidade. No entanto, a prática do chamado “*planejamento familiar*” é levada a cabo apenas pelas mulheres. Coincidindo com achados de pesquisas demográficas no Brasil²³, assim como de pesquisas em ciências sociais que falam em tendência a reduzir o número de filhos^{24,11}, os informantes consideram que dois filhos é o número ideal.

Ainda que este não seja o caso de nossos informantes, em Prainha é comum que avós maternas e paternas “*peguem os netos para criar*”, situação que constitui um exemplo de circulação de crianças. Isso tem a ver com a equivalência estabelecida, também por nossos informantes, entre mães e avós. Dado que “*a avó é a segunda mãe*”, é natural que ela cuide cotidianamente dos netos – achado também referido por Trindade & Menandro²⁵ –, sobretudo, quando coabita com eles, como acontece em quatro dos casos acompanhados.

De maneira semelhante ao encontrado por Olavarría²¹ no Chile, os filhos são fonte de gratificação, por serem objetos de amor: “*gosto muito de criança*”, explica Diogo (N2). Também oferecem gratificações ao permitirem que se afirmem prerrogativas dos adultos, pois devem a eles respeito incondicional – Ana (N2) expressa isso ao corrigir o pequeno Clever (quatro anos): “*‘você’ não, ‘a senhora’, assim tem que me chamar*” – e retribuições no futuro. Tal fato

garantiria a perpetuação da família, tal como Diogo coloca: “*ser pai significa muita coisa, ficar com eles, conversar, ajudar no dever, ensiná-los, ensiná-los a ser bons filhos, [para] mais adiante eles perceberem o que a gente fez por eles, e que eles façam o mesmo*”.

Por outro lado, também coincidindo com achados de Olavarría²¹, com os filhos se mantém a esperança de que eles consigam mais do que os pais, tal como Cristóvão (E2) comenta:

“*Ela [Anita, 3 anos] pode aprender muito, aprende mais se começar cedo, e se forma mais rápido. Quem sabe ela não faz uma faculdade e ela não vira uma doutora igual à senhora [a pesquisadora]? ... Por que não? A gente tem que pensar alto*”.

O lugar do pai nos cuidados cotidianos:

“Isso é coisa mais de mulher, entendeu?”

A participação paterna no cuidado da saúde das crianças foi apreendida mediante três eixos: a preservação da integridade, os cuidados corporais e a formação moral, pensados em forma diferenciada para meninos e meninas. Em relação ao primeiro ponto, vemos que a intensa preocupação em preservar a integridade física e emocional da criança, compartilhada por homens e mulheres, é relacionada aos perigos que circundam o bairro: perigo de estupro (especialmente sentido no caso das meninas), de atropelamento, de presenciar episódios de violência, entre outros.

A casa também é percebida como um lugar perigoso, em razão da precariedade das construções, o que levou Paula (N1) a dizer: “*conviver com o risco é foda, viu?*”, explicando que era o risco de Jorge (um ano) cair pela escada. Todos os membros adultos da família, independentemente do sexo, participam das preocupações e práticas que delas derivam. O envolvimento dos homens costuma dar-se com intensidade, tal como mostra a fala de Rodrigo (E2):

“*Às vezes eu fico lá no trabalho pensando nessa escada aí, ó. Fico, penso muito nessa escada aí, que ele fica descendo aí direto. O lado de lá nem me preocupo mais, entendeu? Já botei uma cerca. É só essa escada aí mesmo, que me preocupo muito*”.

Em três das quatro famílias extensas, a preocupação de preservar a integridade parece ser sinônima de preocupação com a vida emocional. Nesse sentido, a atenção em torno da brincadeira, que habitualmente acontece na rua, centra-se em proteger do perigo, dando-se menor importância a outras dimensões tais como a capacidade de “*estar alegre e brincalhão*” e aprender, que são destacadas por Ed (N1) e

Diogo (N2). Os mencionados informantes são pais que fazem deveres com os filhos e participam habitualmente da brincadeira deles, o que acontece com os outros cinco pais apenas de forma eventual.

O gênero da criança envolve diferenças importantes nos modos de cuidar. Homens e mulheres consideram que a menina precisa de mais cuidados corporais que o menino, na higiene e na arrumação, como explica Diogo (N2): “*em termos de banho, limpeza, esse negócio todo, é mais sensível que o menino*”. Também é preciso “*ficar de olho*” na menina diante de risco de estupro, assim o expressa Jussara (E2): “*Porque filha mulher, minha filha, a gente tem que ter cuidado, né, porque sempre o homem vai desejar, né? Pode ser criança ou que for, tem homem que deseja, porque é mulher*”.

Coincidindo com achados de pesquisas anteriores²⁶, para os informantes os cuidados que envolvem manipulação do corpo são considerados “*negócio de mulher*”, algo que a mulher faz melhor, como parte de seus instintos e porque desde cedo se preparou para isso. Em contraposição, o pai teria um papel central na educação, esperando-se que seja a autoridade^{11,21,24} e coloque limites, especialmente para o filho homem, dada a tendência deste a querer ficar na rua.

Algumas falas de mulheres deixam entrever a ambigüidade desta perspectiva ao colocar que o marido é mais “*mole*” ou que, em que pese exercer sua autoridade, não sabe qual o momento certo para corrigir e qual a forma de fazê-lo. Isso nos deixa a impressão de que para vários informantes é a presença paterna em si mesma que favorece a formação da criança, mesmo que na prática o exercício da autoridade seja administrado pela mulher.

A presença do pai ajudaria a alcançar um dos principais objetivos da família: que a criança se “*crie na obediência*”, sem “*ousadia*” nem “*gaiatice*”. Homens e mulheres concordam em que, para conseguir criar “*filho obediente*”, é preciso exigir padrões rígidos de comportamento. O certo e o errado estão claramente definidos *a priori*, e o certo é a criança obedecer sem precisar de explicação e sem “*obrigar*” os pais a usar de castigo físico. Tal como encontrado por Alatorre & Luna²⁴ no México, os informantes esperam que o filho obedeça por respeito aos pais, não apenas por temor, o que pode ser conseguido dando-se bom exemplo. Isso ajudaria a ter sucesso na criação, o que, na perspectiva dos informantes, só será confirmado quando o filho chegar à adolescência, por tratar-se de um momento em que se fazem escolhas marcantes, como optar por ser um “*tra-*

balhador” ou se envolver com atividades ilícitas, por exemplo.

Alguns informantes consideram que o pai também deve ser um modelo, um herói para seu filho homem, assim como a pessoa mais adequada para conversar sobre sexualidade quando o filho crescer. Neste sentido, Alice (E4) explica: “... *sentar, conversar, essas coisas de relações, quando vai chegando já a idade: ‘olha filho, o mundo é violento, tem droga, tem essas coisas’. Eu acho que essa parte é obrigação do pai, entendeu?’*”.

Mães e “ajudantes” nas diferentes realidades familiares

Homens e mulheres coincidem em dizer que “*mãe é mãe*”, e pai é “*ajudante*”, o que corresponde a achados de pesquisas anteriores^{11,21,25,27} e aos nossos pressupostos, por mais que usando diferentes termos. Ser mãe implica saber administrar a casa, oferecer uma alimentação adequada, “*na hora certa*”, para a criança. Tal como referido por Loyola²⁸, para os informantes são atribuições da mãe os cuidados corporais e as práticas de saúde, tanto as caseiras quanto as que envolvem serviços de saúde e práticas alternativas, tais como a reza.

A forma em que se concretiza o papel de “ajudante”, ou o auxílio, não é a mesma em todas as famílias. Nas famílias extensas, a ajuda nos cuidados cotidianos, que envolve satisfação de necessidades básicas, prevenção e cuidados diante de sintomas ou doenças, é pouco expressiva, dando a impressão de que nessas famílias a participação paterna nas tarefas é menos necessária: “*O pai é o ajudador da família, ele tem o seu papel de trabalhar, trazer o sustento da família, estar presente dentro de casa porque impõe respeito dentro de casa. E a criança criada sem o pai, é difícil, né?*” (Dona Aurelina, avó da E1).

Mesmo que tenham em comum com as famílias extensas a centralidade dos papéis de “*dar a despesa*”, “*ser autoridade*”, “*dar o respeito*”, nas duas famílias nucleares a participação nos cuidados cotidianos seria mais necessária; logo, mais expressiva, tal como vemos na fala de Ana (N2):

“*Na semana, ele cuida deles; eu quando chego de noite passo um pano na casa, faço a comida para deixar para outro dia para ele não ter que fazer comida. Mas tem hora que não dá tempo, que eu tou cansada ou então a comida tá na geladeira, tá empedrada, não dá; no outro dia, ele tem que tirar, e temperar e cozinhar. Mas fora disso não, ele cuida dos meninos direitinho também*”.

Para homens e mulheres, o bom pai é o que está presente na vida do filho, especialmente quando este precisa. Daí o papel de “*ajudante*” ser definido também como estar presente em casos de doença ou acidentes que excedem o alcance imediato da mulher: levar ao hospital, acompanhar internamento etc. Os trabalhos de Aquino & Menezes²⁹ e Woortmann³⁰ descrevem achados semelhantes.

“Hoje, com a mudança de algumas coisas”

Num primeiro nível, percebemos que nossos achados correspondem aos resultados de trabalhos já publicados^{11,21,24,27,31} assim como aos nossos pressupostos, ao apontar o predomínio do discurso tradicional em que a presença paterna é definida como prover, ser autoridade, e estar perto do filho; porém, sem necessariamente participar de cuidados cotidianos. No entanto, pensamos que uma contribuição original deste trabalho, facilitada por seu caráter etnográfico, diz respeito à observação de contrastes entre discursos e práticas.

O principal contraste aconteceu no sentido inverso ao que esperávamos originalmente. Tínhamos como suposição que o desejo de mostrar-se o melhor possível, natural em qualquer informante, levaria os homens a afirmar que participam ativamente no cuidado dos filhos, ainda que isto não acontecesse de fato. Nenhum dos informantes se comportou segundo o esperado, e inclusive os dois homens que participam ativamente no cuidado dos filhos se colocaram num lugar secundário e subordinado às parceiras, transmitindo a impressão contrária: dizem que fazem menos do que de fato fazem. Isto foi claramente expresso por Ed (N1) – “*é que eu faço tudo, mas eu falo que não faço*” –, quem por sua vez fez referência às mudanças na forma de pensar que nem sempre se concretizam na prática:

“*Oh, o pai também é essencial, porque os pais do passado, eles tinham a concepção de que o pai só é feito para trabalhar e sustentar a família; hoje com a mudança de algumas coisas, da mãe sair para trabalhar, então o trabalho é dividido, porém não acontece tanto assim, porque eu não faço tanta coisa assim como Paula diz (risos), ela olha muito mais do que eu*”.

Consideramos que a coexistência de traços de permanências e mudanças está presente, ainda que de forma incipiente, nas seis famílias acompanhadas. A dinâmica familiar de Carla e Tinho (E3) é ilustrativa desta tensão. Por um lado, Tinho se dispõe a realizar trabalho doméstico e a cuidar das crianças quando é preciso, apesar do discurso que desvaloriza esse

comportamento, trazido por Iara, a filha mais velha da primeira união de Carla: “*mãe, na rua disseram que homem que cozinha é veado*”. No entanto, a resposta de Carla questiona tal opinião e valoriza a participação masculina: “*Oxente, isso não é verdade; aqui Tinho cozinha, limpa a casa, ele é veado?... Tem que ser assim, é normal que homem ajude*”.

Por outro lado, Tinho tem estado “*sumido*” da vida dos cinco filhos que teve em duas uniões anteriores. Este comportamento é associado com a frustração que lhe produz não poder contribuir para o sustento dos filhos: “*Eu não vou lá, não vou porque chego e o menino tá precisando de alguma coisa e no momento não posso dar nada para eles*”. Apesar disso, Tinho expressa seu desejo de ter proximidade afetiva com seus filhos: “*No momento não posso dar uma boa atenção para os meninos, porque eu queria ter uma casa grande com um quarto, só para um domingo pegar eles, ficar com eles*”.

Consideramos importante notar que o fato de sumir pode também estar vinculado à tendência a perder contato com os filhos quando há separação da mãe, independentemente da capacidade de prover, fenômeno observado em pesquisas anteriores^{11,21} e freqüentemente referido pelos moradores de Prainha.

Considerações finais

O presente estudo nos permite conhecer alguns aspectos envolvidos na freqüente ausência dos homens na vida dos filhos. É comum que se trate não de falta de interesse, mas da impossibilidade de manter a divisão sexual do trabalho – segundo a qual o homem é provedor e a mulher cuidadora – e que, como consequência, o homem que não pode ser provedor econômico de seus filhos tenda a perder contato com eles.

Por outro lado, é preciso reconhecer que, com base na divisão sexual do trabalho, homens e mulheres têm formas diferenciadas de cuidar. Freqüentemente os homens cuidam do que tange a eles como, por exemplo, a integridade física vinculada com as instalações domésticas, já que cabe a eles construir a casa (Sarti CA. Comunicação pessoal; 2004). Dessa forma, quando, por necessidade, os pais oferecem cuidados catalogados como “*negócio de mulher*” – dar banho, dar comida, entre outros – eles se consideram, e são considerados pelas mulheres da família, fora de lugar. Para lidar com esta incongruência entre o que é esperado e o que acontece na prática aparece a idéia de que o homem estaria ajudando ou auxiliando a mulher.

Olhar para as mencionadas dimensões – tanto os motivos da ausência masculina quanto as múltiplas formas de estar presente – constitui um desafio para futuras pesquisas e também para a atual construção das práticas de saúde, particularmente no contexto do PSE.

Perguntamo-nos: como ajudar homens e mulheres a lidar com as mudanças – no âmbito doméstico, no mercado de trabalho, entre outros – a construir práticas satisfatórias e compatíveis com a realidade em que vivem? Por exemplo, como ajudar homens como Tinho, que por não serem provedores perdem contato com os filhos, em que pese desejarem exercer a paternidade? E como oferecer às crianças uma alteridade de presença materna e paterna construída em liberdade?

Ainda que sem pretender dar resposta a essas perguntas, sobre as quais é preciso continuar refletindo, o trabalho realizado nos permite fazer algumas sugestões. Questionar as equivalências entre casa e família³⁰ e entre pai e provedor – em um contexto de crescentes separações, aumento do número de famílias chefiadas por mulheres e altíssimo desemprego – parece-nos uma tarefa prioritária. Com tal objetivo, faz-se necessário oferecer espaços alternativos à casa: espaços de lazer acessíveis, assim como serviços de saúde, tanto em atenção básica – especialmente no contexto do PSF – como nos demais níveis de atenção, e instituições educativas sensibilizadas com esta temática. A expectativa é de que ditos espaços possam acolher o desejo de exercer a paternidade, presente em muitos homens, reconhecendo-o nas suas mais diversas formas, juntamente com as dúvidas e contradições vivenciadas por homens e mulheres.

Além disso, os dados apresentados podem subsidiar estratégias orientadas à inclusão dos homens nas práticas de saúde, respondendo a uma necessidade já apontada em estudos anteriores³². É preciso, certamente, dar continuidade às presentes reflexões e, para isso, continuar estudando a paternidade em relação com o cuidado da saúde, procurando integrar a experiência individual com a vida familiar e as relações com o contexto social mais amplo. Para tal propósito, a abordagem etnográfica nos parece particularmente útil.

Resumo

O presente estudo focaliza a participação paterna no cuidado da saúde de crianças menores de seis anos em famílias de camadas populares. Trata-se de um estudo de cunho etnográfico desenvolvido mediante observação participante e entrevistas. Visitamos famílias de um bairro de periferia de uma capital nordestina, durante um período de nove meses, e encontramos que ter filhos constitui uma dimensão fundamental na vida de homens e mulheres, constituindo causa comum da formação de novos núcleos familiares. A participação paterna é sintetizada em três dimensões: a educação, em que o pai é fundamental; os cuidados corporais, entendidos como atribuição feminina; e a preservação da integridade, considerada dever de todos os membros da família. Embora persista a identificação com papéis de gênero tradicionais, ao contrastarmos discursos com práticas, percebemos que em todas as famílias, e mais intensamente nas nucleares, existem dimensões nas que os homens participam ativamente, evidenciando proximidade física e emocional com os filhos.

Paternidade; Família; Cuidados do Lactente

Colaboradores

V. Bustamante redigiu a maior parte do conteúdo do artigo e contribuiu na coleta e análise de dados. L. A. B. Trad redigiu segmentos do artigo.

Agradecimentos

O presente trabalho foi beneficiado por uma bolsa de estudos concedida à primeira autora pelo Programa Interinstitucional de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, financiado pela Fundação Ford. A pesquisa contou ainda com a orientação das professoras Estela Aquino, Regina Barbosa e Fabíola Rohden. Agradecemos aos dois consultores anônimos pelos comentários e sugestões.

Referências

1. Ministério da Saúde. Saúde da família: uma estratégia para a reorganização do modelo assistencial. Brasília: Ministério da Saúde; 1997.
2. Trad LAB, Bastos ACS. O impacto sócio-cultural do Programa Saúde da Família (PSF): uma proposta de avaliação. Cad Saúde Pública 1998; 14:429-35.
3. Ariès P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC Editora; 1981.
4. Bruschini C. Teoria crítica da família. In: Azevedo MA, Guerra V, organizadores. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez Editora; 1993. p. 49-79.
5. Fonseca C. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. Psicol USP 2002; 13:49-68.
6. Heilborn ML. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: Reicher-Madeira R, organizador. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos; 1997. p. 292-339.
7. Sarti CA. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora; 2003.
8. Sarti CA. Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho MCB, organizador. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez Editora; 1995. p. 39-49.
9. Szymansky H. Teorias e "teorias" de famílias. In: Carvalho MCB, organizador. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez Editora; 1995. p. 23-8.
10. Lupton D, Barclay L. Constructing fatherhood. Discourses and experiences. London: Sage Publications; 1997.
11. Fuller N, organizador. Paternidades em América Latina. Lima: Fondo Editorial PUCP; 2000.
12. Parseval G. A parte do pai. Porto Alegre: L&PM Editores; 1986.
13. Lewis CH, Dessen MA. O pai no contexto familiar. Psicol Teor Pesqui 1999; 15:9-16.
14. Lyra J, Medrado B. Gênero e paternidade nas pesquisas demográficas: o viés científico. Revista de Estudos Feministas 2000; 8:145-68.
15. Bastos ACS, Ramos-de-Alcântara MA, Ferreira-Santos JE. Novas famílias urbanas. In: Lordelo ER, Carvalho AMA, Koller SH, organizadores. Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo/Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; 2002. p. 99-136.
16. Bilac ED. Família: algumas inquietações. In: Carvalho MCB, organizador. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez Editora; 1995. p. 29-38.
17. Ayres JRCM. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. Ciênc Saúde Coletiva 2001; 6:63-72.
18. Bastos ACS. Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família. Taubaté: Cabral Editora Universitária; 2001.
19. Becker H. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec; 1994.
20. Emerson RM, Fretz R, Shaw L. Writing ethnographic fieldnotes. Chicago: University of Chicago Press; 1983.

21. Olavarría P. Ser padre en Santiago de Chile. In: Fuller N, organizador. *Paternidades en América Latina*. Lima: Fondo Editorial PUCP; 2000. p. 129-73.
22. Arilha M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade”. In: Arilha M, Ridenti S, Medrado B, organizadores. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34; 1998. p. 51-77.
23. Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil/Demography and Health Survey. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil/Demography and Health Survey; 1997.
24. Alatorre J, Luna R. Significados y prácticas de la paternidad en la ciudad de México. In: Fuller N, organizador. *Paternidades en América Latina*. Lima: Fondo Editorial PUCP; 2000. p. 241-75.
25. Trindade ZA, Menandro MC. Pais adolescentes: vivência e significação. *Estud Psicol* 2002; 7:15-23.
26. Cruz EF. “Quem leva o nenê e a bolsa?”: o masculino na creche. In: Arilha M, Ridenti S, Medrado B, organizadores. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34; 1998. p. 235-55.
27. Ridenti SGU. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: Arilha M, Ridenti S, Medrado B, organizadores. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34; 1998. p. 163-84.
28. Loyola MA. Médicos e curandeiros: conflito social e saúde. São Paulo: Difel; 1984.
29. Aquino E, Menezes G. Para pensar no exercício da paternidade: contribuições a partir de um estudo sobre trabalho e saúde de mulheres. In: Silveira P, organizador. *Exercício da paternidade*. São Paulo: Artes Médicas; 1998. p. 131-41.
30. Woortmann K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1987.
31. Medrado B. Homens na arena do cuidado infantil: imagens veiculadas pela mídia. In: Arilha M, Ridenti S, Medrado B, organizadores. *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Editora 34; 1998. p. 145-61.
32. Siqueira MJT, Mendes D, Finkler I, Guedes T, Gonçalves MDS. Profissionais e usuárias(os) adolescentes de quatro programas públicos de atendimento pré-natal da região da grande Florianópolis: onde está o pai? *Estud Psicol* 2002; 7:65-72.

Recebido em 09/Nov/2004

Versão rerepresentada em 14/Mar/2005

Aprovado em 20/Mai/2005